

ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: RELAÇÕES ENTRE CULTURA, POLÍTICA E ECONOMIA

Walter Marcos Knaesel Birkner¹
Sandro Luiz Bazzanella²

RESUMO

O presente artigo pretende colocar em jogo determinadas perspectivas teórico-conceituais como desafio a compreensão da constituição do desenvolvimento de um país, de uma região, território ou cidade a partir e através das profícuas relações entre cultura, política e economia. Nessa direção, através de uma leitura e interpretação diferencial em relação às abordagens convencionais sobre o desenvolvimento, sugere uma compreensão complementar sobre os fatores culturais que favorecem o funcionamento das instituições políticas e dos processos econômicos. Para tanto, lança mão de alguns conceitos e ideias-força, que passaram a fazer parte das abordagens sobre o desenvolvimento, notadamente quando se fala em desenvolvimento local, regional ou territorial. Nessa perspectiva, um conceito central é o de capital social, constituído de um conjunto de ingredientes de ordem cultural, que reunidos, tem ajudado a explicar os contextos do desenvolvimento e como é possível potencializá-lo. Na sequência, apresentamos os conceitos de cooperação e confiança, frequentemente vinculados ao capital social, oferecendo um entendimento diferenciado e complementar à tônica predominante das teorias do desenvolvimento no século XX, marcadas pela ideia antropológica da competição darwinista entre homens e sociedades. Sem desmerecer a importância da competição, sugerimos uma interpretação que não menospreze a cooperação e a confiança para o entendimento sobre o desenvolvimento. Não obstante, a apresentação de sistemas de valores e crenças, discutidos por vários autores, se configuram em relações fundamentais entre cultura, política e economia e seus efeitos para a construção de sociedades virtuosas.

Palavras-chave: Antropologia. Capital Social. Confiança. Desenvolvimento.

¹Doutor em Ciências Sociais – UNICAMP. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Consultor do IPAC-IBAM. Pesquisador do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA). Líder do Grupo de Pesquisa Federalismo e Descentralização – Cnpq. Brasil. E-mail: walter.marcos@pq.cnpq.br.

²Doutor em Ciências Humanas – UFSC. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Coordenador do Curso de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas – Cnpq. Brasil. E-mail: sandro@unc.br.

ANTHROPOLOGY OF DEVELOPMENT: THE RELATIONSHIP BETWEEN CULTURE, POLITICS AND ECONOMICS

ABSTRACT

This article seeks to bring into play certain theoretical and conceptual perspectives and challenge the understanding of the constitution of development of a country, region, city or territory from and through the fruitful relations between culture, politics and economy. In this direction, through a reading and interpreting differential compared to conventional approaches on development, suggests a complementary understanding of the cultural factors that favor the functioning of political institutions and economic processes. To do so, makes use of some concepts and key ideas, which became part of the approaches to the development, especially when it comes to developing local, regional or territorial. In this perspective, a central concept is the capital, consisting of a set of cultural ingredients which together has helped to explain the context of the development and how it can empower. Following, we present the concepts of cooperation and trust, often linked to the capital, offering a differentiated understanding and complement the dominant theme of development theories in the twentieth century, marked by the anthropological idea of Darwinian competition between men and societies. Without disparaging the importance of competition, we suggest an interpretation that does not belittle, as was done in general in the twentieth century, that factors such as cooperation and trust that expand the understanding of the development. Nonetheless, the presentation system of values and beliefs, discussed by several authors, presents the fundamental relationships between culture, politics and economy and its effects on the construction of virtuous societies.

Keywords: Anthropology. Social Capital. Trust. Development.

CAPITAL SOCIAL: UMA NOVA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA E SEUS REFLEXOS PARA AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Em meados da década de noventa do século passado, um livro publicado no Brasil chamou bastante atenção. Trata-se de *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, do cientista político norte americano Robert D. Putnam (1996). Seu trabalho passou a ser uma importante referência para discutir os resultados de reformas políticas de estratégias de desenvolvimento. Não obstante, chamou à atenção para a importância que a cultura de uma sociedade tem para compreender o funcionamento da política e da economia. Nesse sentido, a cultura ajuda a explicar porque algumas sociedades são mais desenvolvidas do que outras.

O livro é resultado de uma pesquisa de vinte anos que o autor coordenou na Itália. Os resultados de sua pesquisa demonstram aquilo que com frequência acontece na produção do conhecimento, seja com os cientistas, seja conosco. Isto é, a gente se propõe a descobrir algo, tem algumas suspeitas que se tornam hipóteses e, com alguma frequência, as confirmamos, ou então as refutamos. Não obstante, no final, acabamos descobrindo algo a mais ou diferente do que imaginávamos. (É importante que estejamos sempre abertos às surpresas, tomando o cuidado de que nosso raciocínio induzido não nos impeça de percebermos aquilo que não estamos procurando).

Putnam acompanhou a experiência de descentralização política nas vinte regiões da Itália (regiões equivalentes a estados federativos, como no Brasil, por exemplo) e percebeu que em algumas regiões o processo funcionava melhor do que em outras. Daí o autor quis saber por que, se a política era a mesma para todas as regiões, em algumas ela apresentou bons resultados, enquanto em outras os resultados ficaram aquém do desejado.

A resposta a essa indagação, o autor foi encontrá-la no campo da antropologia da cultura, ao perceber algumas diferenças culturais entre as regiões. Putnam notou que o que diferenciava o desempenho político das estruturas de descentralização entre as regiões era a maior ou menor predisposição dos indivíduos à democracia. Nesse sentido, o autor percebeu que a história e os costumes desenvolvidos no longo tempo, tornavam as culturas de algumas sociedades regionais mais aptas a aceitar as reformas políticas do que outras. Desse modo, ele percebeu uma diferença que, em geral, está marcada por culturas mais democráticas ou mais autoritárias.

Nas regiões mais eficientes, Putnam identificou aspectos culturais importantíssimos para explicar o desenvolvimento de instituições políticas, o que com frequência também ajudava a explicar o desenvolvimento econômico das regiões. Ele chamou esse conjunto de fatores de capital social.

Capital social é um conceito que não deve ser confundido com o seu significado contábil, nas empresas. No sentido antropológico, capital social passou a significar um conjunto de aspectos sociais, leia-se culturais, construídos no longo tempo, entre os quais estão 1) solidariedade, 2) cooperação, 3) associativismo, 4) confiança interpessoal, 5) diálogo e 6) preocupação com a coisa pública, o que é também entendido como civismo.

A publicação do trabalho de Putnam ajudou a inaugurar, na década de noventa do século passado, uma nova abordagem sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento. Até então, de maneira geral, a visão tradicional sobre o desenvolvimento esteve relacionada a um conjunto de condições e recursos (recursos naturais, capitais a investir e custos a economizar) e um conjunto de técnicas administrativas a serem aplicadas, além de regras econômicas a serem respeitadas, e sua maior ou menor consideração explicava o grau de desenvolvimento de cada sociedade.

Com o aparecimento do conceito de capital social e seu conjunto de fatores inerentes, de ordem antropológica, muitos cientistas sociais, inclusive economistas, passaram a dar maior importância à cultura. Inclusive quando alguns autores, ao falarem de desenvolvimento, reconhecem o fator capital humano, os defensores do capital social têm dito que capital humano - ou seja, gente preparada, que se dedica ao estudo e à capacitação profissional - é em geral resultante de sociedades que tem mais capital social, onde os membros da coletividade conferem maior importância a certas coisas como estudar, ter disciplina, ser bem sucedido na vida, fazer a coisa certa, dar o melhor de si etc.

Para não parecermos superficiais a esse respeito, podemos lembrar que abordagens antropológicas de cunho culturalista, relacionando aspectos de tal gênero ao bom funcionamento político e econômico das sociedades, já haviam sido feitas antes, ao longo dos séculos XIX e XX. Em 1831, nos Estados Unidos da América, um importante filósofo político francês, de nome Alexis de Tocqueville (2005), já havia observado ali algo muito convergente com a ideia de capital social. Cumprindo uma missão do governo francês, o

pensador foi enviado a terras estadunidenses, inicialmente para conhecer o sistema prisional daquele país. Viajando por diversos estados durante quase um ano, observou não apenas o sistema prisional, mas também lhe interessaram aspectos da economia e das instituições políticas, cujo funcionamento lhe despertou muita atenção, e o levou a comparações com o funcionamento da ordem social na Europa, sobretudo em França.

Desse trabalho resultou, em 1835, sua obra mais conhecida, denominada *Democracia na América*. Resultado da reunião de seus relatos sobre as instituições políticas, é um livro fascinante, em que Tocqueville descreve os hábitos dos norte americanos, seus valores, suas formas de organização social e o espírito cívico por ele observado em relação ao povo. Ele ficou impressionado com o interesse que os estadunidenses devotavam à política, atribuindo a esse espírito cívico o grande dinamismo daquele país. Tocqueville descreve uma sociedade onde estão muito presentes aspectos culturais como a cooperação, a participação, o interesse cívico, o apreço à liberdade como um produto coletivo, a correlata vigilância às instituições políticas, afim de que essa liberdade não fosse perdida, e assim por diante.

Ora, na verdade, os relatos de Tocqueville constituem um belo tratado de antropologia política e, de soslaio, uma visão também antropológica do dinamismo econômico de um país. Esses aspectos são absolutamente constitutivos daquilo que chamamos hoje, em pleno século XXI, de capital social. Nessa direção, o trabalho do pensador francês novecentista permite uma riquíssima aproximação interdisciplinar entre política, cultura e economia, tripé básico para compreender o desenvolvimento de uma sociedade. E, respaldado na correspondência desses três aspectos, Tocqueville lança sua certa previsão, confirmada no século XX, qual seja, a de que pelas suas instituições políticas e pelos hábitos e valores cultuados por seu povo, os EUA se tornariam a grande potência do século XX. Dito e feito.

A renovação da abordagem antropológica nas reflexões atuais sobre o desenvolvimento se deu por conta da insuficiência de respostas tradicionais. Quando, nas últimas duas décadas, o processo de globalização econômica complicou a organização econômica de muitos países, vários políticos e pensadores se perguntaram o que poderia ser feito. Novamente é útil a lembrança da Itália. Putnam teve o cuidado de fazer um amplo estudo histórico para desvendar as causas do capital social. Outros autores corroboraram com suas conclusões.

Paralelamente, autores no campo da economia se perguntaram na década de noventa por que a economia italiana no geral foi pouco afetada com os efeitos da globalização. O que perceberam é que a economia do norte italiano é composta em mais de 95% por micro e pequenas empresas. Mas este não é o detalhe principal. O fator explicativo, convergindo com a explicação de Putnam sobre o funcionamento das instituições políticas, é o fato de que essas empresas trabalham em redes de cooperação, isto é trabalham de forma associada, demonstrando alta capacidade de trabalho integrado, sendo esta a forma de competir no mercado globalizado. Capital social é a explicação para o sucesso da economia do norte italiano.

Muitas vezes o leitor pode se perguntar, afinal, qual a aplicabilidade do conhecimento antropológico. Isto é, serve para quê? Onde se aplica? Pois, desde que informações e interpretações como essas sobre o desenvolvimento na Itália e outras tantas constatações do gênero se tornaram conhecidas, inúmeros são os governos que, a partir da década de 1990, estão redirecionando suas políticas públicas para a aproximação entre a esfera governamental

e a sociedade, estimulando processos de cooperação e de fomento de capital social. Isso nos ajuda a compreender inúmeras experiências governamentais, entre elas as políticas de descentralização para a promoção do desenvolvimento regionalizado. A busca de soluções associadas, de forma cooperativa, entre agentes sociais e entre estes e os governos, é, portanto, uma marca crescente das políticas públicas, principalmente quando relacionadas ao desenvolvimento local, territorial e regional.

Além disso, a consideração pelas particularidades culturais de cada sociedade é outro fator de constante consideração governamental. Governos apostam cada vez mais nas possibilidades de potencializar o capital social das regiões, territórios e localidades para promover eficiência na operacionalização das políticas e a eficácia nos resultados. Tudo isso é fruto das descobertas antropológicas.

E, para não acharmos que estas experiências estejam sempre longe de nós, recorramos a uma análise alternativa sobre o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina, um estado brasileiro que, como qualquer outro, tem lá a sua história. Nesse sentido, aspectos antropológicos identificáveis na história catarinense poderiam ser encontrados em qualquer outro, requerendo evidentemente que estudos busquem a comprovação de certas hipóteses. A história econômica de Santa Catarina revela que inúmeras empresas do estado têm na cooperação a origem do seu sucesso. Desse sucesso dependeu, por extensão, grande parte do desenvolvimento econômico de suas cidades.

Um interessante livro chamado “Colonização e indústria no Vale do Itajaí”, da historiadora Maria Luiza Renaux Hering (1987), demonstra que algumas das grandes empresas dessa região do estado, que se tornaram famosas no território nacional, só passaram a existir porque houve cooperação, esse fator constituinte do capital social numa sociedade. Através dos documentos históricos, o livro da historiadora mostra que muitas empresas surgiram a partir de conversas entre vizinhos que se ajudaram mutuamente, associando-se para a criação de empreendimentos, sendo sócios, ou emprestando dinheiro àqueles que tinham ideias, mas não tinham capital para empreenderem isoladamente.

Outro importante exemplo em Santa Catarina vem da região oeste do estado. A principal base produtiva da região está na produção de derivados da criação de suínos e aves. Algumas dessas empresas são marcas internacionalmente conhecidas. Além disso, no mesmo ramo industrial, várias dessas empresas são cooperativas de produtores, que se tornaram grandes, mas começaram pequenas, da mesma forma que as empresas privadas. O que todas têm em comum é o fato de que, além de começarem pequenas, surgiram por associação, isto é, dependeram de estratégias de cooperação de agentes produtivos. No caso das empresas privadas, elas começaram familiares e dependeram do estabelecimento de sistemas de integração. Assim, estas empresas puderam crescer porque quem iniciou o negócio pôde contar com o fornecimento regular dos vizinhos, gente do mesmo território, para viabilizar o negócio. Ali, as relações de cooperação viabilizaram os negócios, favorecidos pelas questões de identidade cultural entre os agentes. A confiança foi fundamental.

Em nada diferente foram as formações de cooperativas de produção alimentícia. Há inúmeras delas espalhadas pelo Brasil. Algumas estão presentes em Santa Catarina e até mesmo surgiram nesse estado. O importante é considerar que cooperativas, alimentícias ou de outra ordem, necessitam de uma predisposição homônima, isto é, de cooperação entre agentes econômicos. Trata-se, portanto, de uma questão que pode ser estudada pela antropologia da

cultura, já que muitos autores sugerem que os níveis de confiança interpessoal constituem fator de desenvolvimento e variam de sociedade para sociedade. Se esses autores estiverem corretos, então podemos admitir que a cooperação depende tanto de interesses em comum quanto de confiança entre os indivíduos. Sem confiança, as cooperativas não teriam vida longa.

Nesse sentido, é importante que o leitor compreenda que muitas iniciativas empresariais provavelmente não teriam existido, não teriam gerado riquezas, empregos e desenvolvimento. Elas foram possíveis pela cooperação, pelo diálogo e pela confiança de gente que se conhecia, estabelecia relações regulares, que partilhava dos mesmos valores.

Esse tipo de percepção sobre o desenvolvimento e sobre o empreendedorismo ainda parece estranho a muita gente. O sucesso e o desenvolvimento das organizações estiveram, por muito tempo, associados ao empreendedorismo individual. Desde as observações do economista austríaco Joseph Schumpeter, valorizou-se a ideia de que a inovação e o desenvolvimento econômico dependem das ações de grandes empreendedores. Isto é verdade em parte. Não se deve negar a vontade e a capacidade individual. Mas como afirmam os autores que advogam pelo capital social como fator do desenvolvimento, mesmo o capital humano e a capacidade empreendedora são muito mais frequentes onde existe capital social.

Nesse sentido, um autor holandês chamado Wiebe Bijker (1997), tendo estudado as invenções na Europa da Revolução Industrial, constatou que a maioria delas ocorreu em sociedades que tinham muitos incentivos e poucos constrangimentos à liberdade de pensamento e de estudos. Mais que isso, onde as sociedades eram mais comunicativas, trocavam mais informações e, portanto, cooperavam mais, havia mais confiança e trabalho em conjunto, e mais invenções e empreendimentos econômicos surgiram. Essencialmente é o que dizem os autores que relacionam o desenvolvimento das instituições políticas e econômicas aos fatores culturais. Simples: diálogo, confiança, liberdade e cooperação.

COOPERAÇÃO: UMA CONFRONTAÇÃO COM A VISÃO ANTROPOLÓGICA HEGEMÔNICA NO SÉCULO XX, O DARWINISMO SOCIAL

Essa ideia de que as grandes empresas, as grandes descobertas, invenções e inovações dependem do *self made man*, isto é, do homem que se faz por si, foi muito forte no século XX. Idéias e crenças fortes, compartilhadas por muita gente numa sociedade, tem grande poder de difusão, orientam opiniões, juízos, decisões e impulsionam muitas ações. São pontos de partida que orientam as vidas, as escolhas e ações das pessoas. Nesse sentido, não são diferentes de crenças religiosas, como acreditar em Deus, por exemplo. Assim, crenças são pontos de partida ou nortes orientadores de condutas e ações.

Uma das ideias mais importantes no século XX, que explica inclusive a idéia shumpeteriana do *self made man*, foi a de que o ser humano é essencialmente competitivo. Durante o século XX, foi uma das mais fortes, senão a mais forte visão antropológica que vingou no Ocidente. A origem desta crença vem da teoria da evolução das espécies. Como todos sabemos, o biólogo inglês Charles Darwin afirmou no século XIX que no mundo da natureza, incluindo os animais, haveria uma constante luta pela vida, em que sobreviviam os mais fortes, os mais capazes de adaptação às condições, enquanto os menos aptos pereceriam.

Em relação ao homem, Darwin sugeriu que a espécie humana também teria sido fruto dessa capacidade de adaptação, o que teria permitido a sua evolução.

Muitos dos leitores de Darwin, que concordaram com a sua tese geral, incluindo muitos pensadores sociais, tomaram essa idéia para explicar as diferenças entre as sociedades e entre os seres humanos nas sociedades do fim do século XIX e do século XX. É o que chamamos de darwinismo social, cujos pensadores forjaram uma transposição da visão que Darwin teve sobre a natureza para o mundo social. E, nessa transposição, a idéia de uma natureza agressiva e competitiva entre os seres humanos passou a fazer parte da visão antropológica ocidental. Potencializou-se com isso a crença na essência competitiva dos seres humanos, também pertencentes ao mundo da natureza. Pensadores como o naturalista francês Jean Baptiste Lamarck e o filósofo positivista inglês Herbert Spencer acreditavam que a luta pela vida era a única via da evolução e de todo progresso humano.

Até certo ponto, a idéia de que os homens são competitivos, e de que isso explicaria o sucesso de uns e o fracasso de outros, tem sentido. A competitividade intra-social e inter-social nos ajuda a entender o sucesso ou a falta dele entre homens e sociedades. Até hoje, quando falamos, lemos ou ouvimos falar em desenvolvimento de países, estados, regiões ou cidades, em estratégias empresariais ou coisa semelhante, admitimos que isso depende da capacidade de desenvolver competitividade. O mesmo aconteceria em relação às pessoas no mercado de trabalho, evidentemente no esporte e assim por diante. Ora isso nos parece muito natural e em grande medida é assim mesmo que as coisas funcionam.

Mas há uma importantíssima ressalva. Apesar das evidências de Darwin sobre a evolução das espécies e do esforço adaptativo que torna os seres que sobrevivem mais resistentes, quando se trata dos seres humanos, deve se considerar que os homens não são simples animais agindo por instinto. Quando certos pensadores forjaram essa transição do mundo da natureza para o mundo dos seres humanos em sociedade, negligenciaram o fato de, que em sociedade, homens e mulheres produzem cultura, e isso faz toda a diferença. Nem é bom desconsiderar que a crença absoluta na existência de uma lei natural explicativa da realidade social é facilmente utilizável para quem queira explicar como sendo naturais as grandes injustiças existentes em algumas sociedades, sendo o racismo a pior delas, mas também a escravidão e a exclusão econômica. Ora, essas formas, como a história nos mostra, são o resultado do ódio, da ignorância e das várias formas de crenças, possíveis de serem superadas pela capacidade de homens e mulheres construir cultura o tempo todo. Assim, uma vez dotados de uma capacidade social de produzir idéias, de socializar experiências, compartilhar, desenvolver linguagem e estabelecer regras de convivência, seres humanos fugimos do determinismo biológico.

Nessa direção, vale mencionar um pensador anarquista russo do século XIX, chamado Piotr Kropotkin, que se opôs categoricamente ao darwinismo social, tendo sido um guerreiro intelectual e político contra tais idéias. Ele escreve uma obra fascinante intitulada: “Apoio Mútuo”, em que procura demonstrar que o que permitiu a sobrevivência da espécie humana não foi a luta feroz de todos contra todos. Ao contrário, foi fundamentalmente a cooperação entre os indivíduos que permitiu a sobrevivência e a evolução da espécie humana. Na sua refutação ao darwinismo social, Kropotkin sustentou que desde o momento em que o ser humano descobriu como fazer o fogo, ele passou a fazer cultura e não foi mais afetado pela seleção natural. Portanto, foi pela capacidade de produzir cultura que os homens escaparam das leis da simples adaptabilidade física.

Kropotkin reconheceu a existência da competição no esforço de sobrevivência entre os animais e também entre os homens, mas procurou demonstrar que o extremismo dessa idéia foi o erro dos darwinistas sociais. Ele explicou que o próprio ambiente da Revolução Industrial influenciou a visão antropológica à época, permitindo as deduções sobre a essência competitiva dos seres humanos por conta daquilo que ocorria no capitalismo “selvagem” da época. O autor procurou demonstrar que justamente aquelas espécies animais e os agrupamentos humanos que mais promoveram a ajuda mútua ao longo das gerações é que desenvolveram as melhores condições de sobrevivência e adaptabilidade, sendo esta a principal causa na cadeia evolutiva. Ele afirma que o próprio Darwin advertia que os primeiros antropóides não foram derivados de primatas solitários como o orangotango e o gorila. Somos descendentes de primatas menos fortes, porém mais sociáveis, como os chimpanzés. Além disso, Kropotkin insiste que há inúmeras provas ao longo da história de que o homem pré-histórico vivia em sociedade, era predominantemente comunitário e altruísta. Afirma por fim que se criou no seu tempo – e isso se prolongou durante o século XX – um mito da luta sangrenta na história da sobrevivência humana para justificar toda a exploração e o genocídio resultantes do processo colonizador. Enfim, os europeus tinham uma justificativa aparentemente científica para explicar sua forma de dominação econômica, política e cultural, incluindo a religiosa. Segundo ele não faltaram escritores dispostos a propagar essa visão antropológica distorcida, baseada na superioridade natural, na competição e no egoísmo, cenário em que os mais fortes e evoluídos impõe “naturalmente” o seu domínio, sendo isso algo tão inevitável quanto o curso natural das coisas. Durante o século seguinte, no Ocidente, essa visão antropológica sobre a essência egoísta e competitiva do ser humano, e da luta pela sobrevivência esteve presente de forma hegemônica e, praticamente, só foi questionada na última década, inclusive pelo já mencionado Robert Putnam.

Como pensador anarquista, Kropotkin denunciou a presença dessa visão negativa e violenta sobre o homem na literatura política. O principal exemplo está na justificativa do grande filósofo político inglês Thomas Hobbes sobre a necessidade do Estado centralizado e absoluto sobre os indivíduos, incapazes de evitarem a guerra entre si. Essa é a visão da desconfiança sobre os homens. Hobbes dizia que, em natureza, o homem é o lobo do homem, e somente o Estado forte poderia evitar a guerra de todos contra todos.

Como anarquista, Kropotkin foi contra a intervenção do Estado, que ele considerava, desde a sua origem, um ente opressor que impedia a liberdade e a autonomia dos indivíduos em comunidade. Nessa direção, Kropotkin vê na intervenção do Estado essencialmente o impedimento das formas de solidariedade, cooperação e de confiança entre os indivíduos que, ao invés de cuidarem da vida em comunidade, outorgam tudo a este ente “superior”, reconhecendo-se assim como incapazes de estabelecer laços de cooperação e confiança. Talvez se possa dizer, que essa foi a perspectiva antropológica hegemônica no Ocidente, até o fim do século XX.

CONFIANÇA: O ETHOS PREDOMINANTE DAS SOCIEDADES DESENVOLVIDAS

Mas as mudanças promovidas pela globalização permitiram novas interpretações sobre o desenvolvimento, além do enfraquecimento de certas idéias e o fortalecimento de outras. De certa maneira, a visão antropológica do darwinismo social sobre a luta de todos contra todos e a supremacia de uns sobre outros poderia até ser utilizada para explicar porque algumas

nações se deram bem e a maioria se deu mal. Acontece que o sistema capitalista, predominantemente interpretado como essencialmente competitivo, nunca dispensou formas de cooperação. Aquilo que Kropotkin dizia a respeito da sobrevivência da espécie humana nunca perdeu o sentido, nem mesmo ao interpretarmos o capitalismo e as economias mais dinâmicas do Mundo.

Ora, como já vimos anteriormente, o que autores como Putnam perceberam acerca da inserção econômica na globalização tem a ver não somente com competitividade, mas, sobretudo, com a capacidade de cooperação entre agentes econômicos num dado país ou região. Por extensão, o desenvolvimento tem a ver com a capacidade de estabelecimento de redes de cooperação entre agentes políticos, econômicos e culturais.

Nessa direção, o trabalho do cientista nipo-americano Francis Fukuyama (1996) é também bastante ilustrativo. Ele também concorda com as “vantagens comparativas” do capital social. Mais especificamente, Fukuyama interessou-se pelo tema da confiança. Ele escreveu um livro exatamente com esse nome para ressaltar a importância que fenômenos de ordem cultural têm no sentido de explicar o sucesso econômico das nações. Nessa obra denominada *Confiança*, o autor oferece uma interpretação alternativa para explicar o desenvolvimento econômico das três principais potências econômicas do século XX. Fukuyama usa boa parte do seu livro para descrever importantes características antropológicas, leia-se, culturais dos EUA, do Japão e da Alemanha, e relacionar esses aspectos culturais às respectivas economias.

Ao contrário do que normalmente se disse sobre o espírito competitivo e concorrencial dessas culturas, Fukuyama explica o sucesso econômico dessas nações, enfatizando que a história do desenvolvimento econômico de tais países está marcada sobretudo por processos de cooperação entre os agentes econômicos. Fukuyama demonstra que grande parte do poder econômico destas nações está relacionado ao grande número de corporações empresariais e a existência delas é resultado da capacidade de associar-se, o que depende basicamente de confiança. O crescimento de inúmeras empresas sugere a capacidade de expandir laços, com frequência familiares de início, para associações mais abrangentes. Para Fukuyama, foi justamente o alto grau de confiança dessas sociedades, com relações intermediadas por valores fortemente respeitados, que se tornou a principal vantagem competitiva delas.

Não obstante, a confiança como um fator de desenvolvimento tem sido ressaltada por muitos autores. Inclusive, consultores do mundo dos negócios têm enfatizado a importância de fenômenos como a cooperação, a solidariedade, a ajuda mútua, o diálogo e a confiança nas organizações, em oposição às relações hierárquicas, verticais e centralizadas. No final das contas, nem nos parece difícil admitir as vantagens das relações dialógicas e cooperativas, donde boa parte da inteligência organizacional é proveniente. Por sua vez, a confiança entre pessoas e das pessoas para com as instituições, parece fundamental para a estabilidade social como também para os grandes negócios.

Em defesa da confiança, outro notável defensor foi o intelectual e senador francês Allain Peyrefitte, que escreveu um tratado muito interessante sobre o tema, chamado *Sociedade da Confiança* (1999). Peyrefitte percebeu, ao longo de sua vida, como os aspectos culturais de cada sociedade são importantes para explicar o desenvolvimento. Nesse sentido, ao buscar a compreensão sobre a riqueza das nações, o autor partilha da antropologia cultural. Ele não se contenta com as respostas mais comuns sobre o desenvolvimento, do tipo, mais

educação, mais ciência, mais tecnologia, mais investimentos ou recursos naturais, entre outros fatores possíveis. Para ele, esses são os fatores mais óbvios.

Mas o que faz a diferença é a forma como cada sociedade constitui e faz uso de seus valores, hábitos, suas crenças etc. São fatores dessa ordem que podem impulsionar ou constringer as ações para o desenvolvimento. Assim, pergunta ele: Que psicologia, que mentalidade e que motivação fundamentam o desenvolvimento? E Peyrefitte responde com o fenômeno da confiança como grande causa do desenvolvimento econômico das sociedades. Simples! Nenhuma grande e elaborada resposta das teorias econômicas, das teses das organizações. Nenhuma referência às leis do mercado ou às estratégias políticas do Estado. Somente uma referência antropológica a respeito de um fenômeno inerente às relações entre seres humanos, mais ou menos presentes em cada sociedade e que, quanto maior a intensidade, mais desenvolvimento esse fenômeno tende a produzir.

Concordando com seu contemporâneo antecessor, o Barão de Montesquieu [...], Peyrefitte observa que quanto mais desenvolvida é uma nação, menor é a influência de causas físicas e maior o peso das causas morais. Logo depois, o autor conclui que a grande saída das sociedades que alcançaram a modernidade foi o desenvolvimento de uma doutrina da libertação dos fatores físicos pelos fatores mentais. Nessa direção, a promoção do desenvolvimento para indivíduos e sociedades será sempre uma “iniciativa do espírito”. Assim, a diferença entre um povo resignado e uma nação empreendedora estaria na qualidade e no tipo da reação de cada povo ante um meio ambiente hostil. Sob tais pressupostos argumentativos nos aproximamos da filosofia de Hegel ao anunciar que “na realização das tarefas do espírito, o Estado é a forma superior da vida coletiva. É o Estado que incorpora o destino histórico e também no Estado deve ocorrer a conciliação entre o indivíduo e a coletividade. Essa conciliação não deve resultar da coerção e da violência, mas da compreensão voluntária pelo indivíduo de seu papel e de suas tarefas” (KOLAKOWSKI, 2009, p. 29-30).

A confiança, que para autores como Peyrefitte está na gênese do desenvolvimento, tem na verdade dois aspectos complementares entre si. O primeiro é o da confiança interpessoal, isto é, aquela que os indivíduos usam entre si, facilitando suas ações. Assim, quando há confiança interpessoal, as ações se tornam ao mesmo tempo possíveis e mais previsíveis. Os negócios fluem com rapidez e muito mais frequência, e empreendimentos que isoladamente não seriam possíveis, tornam-se factíveis.

O segundo aspecto da confiança, também ressaltado por outros autores, é o da autoconfiança. Embora seja este um tema tratado do ponto de vista individual, relativo à psicologia, a abordagem de Peyrefitte e outros autores, permite um entendimento cultural do fenômeno da confiança e da autoconfiança. Nessa direção, a autoconfiança dos indivíduos é mais fácil de brotar em sociedades em que os indivíduos confiam uns nos outros. Confiar nos outros significa confiança na sociedade em que vivemos, no país, na região, ou na cidade, na comunidade e nas instituições também. Significa o fortalecimento da identidade cultural, de nossas raízes e de nossa consciência política, de pertencermos a uma sociedade. Significa que temos estima pelo lugar onde vivemos. E, fazendo parte deste lugar, isso reforça nossa própria autoestima.

Não obstante, significa confiança no ser humano. Uma sociedade da confiança é uma sociedade que acredita nos seres humanos, na sua capacidade e vontade. Essa confiança

recíproca entre sociedade e indivíduo é fundamental para gerar o amor à liberdade e garanti-la institucionalmente. A liberdade, que é um fenômeno muito mais fácil de surgir em sociedades de confiança, ajuda a reproduzir a confiança. E, para além disso, gera e reforça o fenômeno adjacente, que é a auto-confiança dos indivíduos. Portanto, confiança, autoconfiança e amor à liberdade são fatores que se retroalimentam e geram o desenvolvimento. Quando há confiança nos indivíduos, o Estado também tende a expressar esta confiança, garantindo mais liberdade de iniciativa aos indivíduos, seja na economia, seja na política. Aqui vale a pena ter presente a argumentação que Hannah Arendt desenvolve em sua obra: “A Promessa da Política”.

Comunidade é aquilo que a amizade realiza, e é óbvio que essa equalização tem como aspecto polêmico a diferenciação sempre crescente dos cidadãos inerente à vida agonal. Aristóteles conclui que a amizade, e não a justiça [...], parece ser o laço que une as comunidades. Para Aristóteles, a amizade é mais elevada que a justiça, porque esta já não é necessária entre amigos (ARENDR, 2008, p. 59).

Já, quando a sociedade é de desconfiança, o Estado expressa esse sentimento, mostrando-se protecionista, intervencionista e, assim, atrofiando política e economicamente os indivíduos. Numa sociedade sem confiança nos indivíduos, todos tendem a cuidar das suas vidas privadas e esperar que o Estado garanta tudo. Naturalmente, numa sociedade assim, a capacidade de organização social, isto é, de solução dos problemas de cada um, é mais difícil. Se não há confiança, não há diálogo, não há iniciativa e a criatividade não se desenvolve. Essa condição é a própria ausência da política. Ali, o Estado passa a ser o grande gerenciador, tomando conta das vidas dos indivíduos, cujas vidas já não lhes pertencem.

O fenômeno da desconfiança pode ser bem percebido nas hierarquias tradicionais das empresas. Quando os processos de gerenciamento são muito hierarquizados, centralizados, atrofia-se a possibilidade de colaborações vindas de funcionários, desperdiçando competências e produzindo o sub-rendimento.

A mesma coisa acontece politicamente numa sociedade cujo Estado é centralizador. A desconfiança leva a concentração de poder e a atrofia, perda de criatividade e perda de capital cívico e desinteresse político por parte dos cidadãos. Numa sociedade assim, reinam os privilégios, a corrupção e a ineficiência.

Ora, a mesma coisa acontece no campo econômico. Quando a sociedade é muito burocratizada, ela desmotiva os indivíduos ao empreendimento, promove o desperdício de oportunidades e iniciativas criativas.

Nessa direção, um olhar antropológico sobre as sociedades desenvolvidas permite concluir que encontrar formas de motivar os indivíduos é fundamental. E, são desenvolvidas as sociedades em que encontramos o tripé confiança, auto-confiança e liberdade. Noutra palavra, é o que Peyreffitte (1999) denominara *ethos* da confiança competitiva, que também o economista Albert Hirschman havia identificado quando procurava um agente catalisador do desenvolvimento e o reconheceu na confiança. Nessa direção, Peyreffitte aponta o fenômeno da confiança e da liberdade como catalisadores do desenvolvimento ao longo da história e observa que estes fatores são anteriores ao desenvolvimento, portanto, podem ser potencializados em qualquer sociedade. É importante compreender a assertiva de Peyreffitte, valendo, portanto, reforçá-la, ou seja: os fatores confiança e liberdade são elementos de ordem cultural e anteriores ao fenômeno do desenvolvimento das nações. Isso nos livra do determinismo de que sociedades não desenvolvidas não apresentam as condições de

potencializar o seu desenvolvimento. Significa, portanto, afirmar que tais valores, impulsionadores do desenvolvimento, podem ser forjados, isto é, estimulados. E como fazê-lo? Ora, podemos deduzir que qualquer sociedade auto-determinada pode fazê-lo através de um sistema educacional. Peyreffitte insistiu muito no resgate de disposições mentais que valorizem o ethos da confiança. O pensador francês advertia que alguns modelos educacionais produziam a desconfiança.

Enfim, o fenômeno da confiança, em si e nos outros, tem sido apresentado por vários autores, entre os quais os aqui mencionados, para explicar a diferença entre as sociedades virtuosas e as atrasadas. Algumas interpretações parecem superestimar fatores como a confiança, entre outros reunidos na noção de capital social. Todavia, se retirarmos alguns exageros e, sobretudo um pessimismo equivocado em relação a sociedades que não apresentam, momentaneamente, as condições mais aproximadas desses aspectos favoráveis ao desenvolvimento, poderemos entender como essa abordagem antropológica e culturalista pode nos ajudar a compreender nossa própria sociedade, nosso país, nossas regiões e cidades. No interior dessa abordagem, podemos afirmar que as sociedades de confiança, sendo elas mais pré-dispostas ao desenvolvimento, são também aquelas em que seus cidadãos expressam mais orgulho e senso de pertencimento, de amor ao seu lugar. Todas essas condições, ou essa condição geral, não brota naturalmente. É uma construção social que, quando não resultante de longo processo histórico, dependerá de arranjos políticos que se reflitam na dinâmica da cultura, principalmente por meio do sistema educacional, mas também dos meios de comunicação outros, das redes sociais e de tantos meios que possam ser utilizados para difundir valores culturais favoráveis ao desenvolvimento.

A DIFERENÇA ESTÁ NA CULTURA

Como já sugerimos ao longo de nosso capítulo, a percepção sobre a importância da cultura para explicar a política e a economia desperta o interesse contemporâneo de inúmeros autores, sobretudo aqueles cujos trabalhos giram em torno da temática do desenvolvimento. Não obstante, é útil lembrar que alguns pensadores sociais fizeram essa ligação interdisciplinar, explicando como a cultura afeta o campo da política e da economia, explicando o dinamismo de algumas sociedades. Nesse sentido, foi original o esforço de Alexis de Tocqueville que, em *Democracia na América*, demonstrou como a cultura transformaria os EUA na potência do século XX.

Outro importante autor a fazer a vinculação especificamente entre cultura e economia foi o alemão Max Weber, um dos clássicos fundadores da sociologia. Em sua famosa obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o autor demonstrou brilhantemente como o desenvolvimento de uma ética protestante em países europeus e depois também nos Estados Unidos da América afetou a economia capitalista. Nessa direção, Weber demonstrou que através de uma particular ética do trabalho, o protestantismo, nas suas muitas variantes, disseminou um conjunto de idéias que, incorporadas pelos cristãos protestantes, tornava seus comportamentos muito bem ajustados ao capitalismo industrial.

O que dizia essa ética protestante, afinal? Resumidamente, o protestantismo, que surgiu com a reforma de Martinho Lutero no início do século XVI, afirmava que a salvação dos homens se dava por intermédio de suas obras terrenas. Essas obras, os homens as

materializavam através do seu trabalho e o trabalho era o meio através do qual os homens demonstrariam sua devoção a Deus. De maneira geral, o cristianismo tradicional valorizava a contemplação e a oração, significando formas de devoção que desvinculavam os homens de preocupações mundanas, terrenas. Ora, nessa concepção, o que importava, fundamentalmente ao bom cristão, eram as coisas da alma e da vida eterna e não as coisas do mundo material, terreno. A própria palavra trabalho origina-se do termo latim *tripalium*, que originalmente significa instrumento de tortura. Nessa medida, qualquer atividade laboral que não fosse apenas para a subsistência, tendia a ser indesejada pelos homens tanto quanto condenada pela Igreja. Assim, o trabalho era considerado apenas algo estritamente necessário a sobrevivência, e nada mais. Em outras palavras, a usura, a riqueza, o luxo, a ambição material e a acumulação de riquezas era condenada. A idéia da acumulação material será portanto entendida como pecaminosa.

Entre os protestantes, ao contrário, a idéia do trabalho e as preocupações com o mundo terreno tomaram um sentido radicalmente oposto. Os protestantes também condenavam a usura, o luxo e a ostentação. Mas não condenavam a acumulação de riquezas. Para a ética protestante, a condição de acumulação dos homens representava, em geral, o resultado do esforço humano de agradar a Deus. Assim, quanto mais bens materiais, maior representava o esforço de servir a Deus, através do trabalho. Dessa maneira, a acumulação de riquezas materiais tornava-se não apenas aceitável mas desejável, já que o seu significado passava a estar revestido desse caráter religioso.

Agora, imaginemos o impacto que essa ética passa a ter no mundo do trabalho, no mundo da economia e, especificamente, no capitalismo, cuja característica está justamente na produção do excedente, isto é, de produzir mais que o necessário à subsistência humana. Em relação ao trabalhador, ao operário, essa ética permitiu o surgimento de homens e mulheres disciplinados e obedientes ao sistema e ao empregador, tanto quanto o cristão fervoroso em relação à Igreja e a Deus. Elevada ao extremo, essa ética produz a idéia de trabalhar incansavelmente e sentir-se satisfeito com isso. Isso bem nos poderia conduzir à imagem simplória, porém familiar, de uma típica família de trabalhadores que realiza seu sonho – e sua obrigação ética – de comprar a casa própria e ter um carro na garagem. Reforça, sobretudo, a noção do homem que se faz por si, através do esforço pessoal recompensado por Deus. Esse estereótipo é fundamental ao espírito capitalista. Precisa estar claro que não se trata, nos dias de hoje, de uma exclusividade dos protestantes. Revela, portanto, um “espírito capitalista” existente, em diferentes graus, em qualquer sociedade capitalista. Mas na história do capitalismo no Ocidente, esse espírito foi antecipado pela ética protestante.

Não obstante, do lado do empresário capitalista protestante, imagine-se um capitalista que pode acumular, mas não pode gastar seu lucro em vão. Deus não condena a sua “ambição”, ao contrário, aprova-a, por significar antes do tudo a devoção do capitalista a Deus. O que faz então esse capitalista, já que não pode gastar em vão o fruto material do seu esforço por recompensa divina? Não podendo gastar em vão, sua única possibilidade será a de reinvestir o lucro em mais produção. Com isso, ele não apenas tende a acumular mais, mostrando seu amor a Deus, como vai gerar oportunidades a que mais pessoas se empreguem e trabalhem, para que possam manifestar a sua devoção.

Pois bem. Do ponto de vista das ciências sociais, trata-se menos de demonstrar a influência da religião nos comportamentos de homens e mulheres, mas de perceber a força de certas idéias e sua influência nas formas de organização dos indivíduos em sociedade. E isso

tem, evidentemente, a ver com o que estamos tratando desde o início: a importância de estudar os sistemas culturais para entender o desenvolvimento das sociedades e as diferenças entre elas, inclusive em relação à economia e à política.

Apenas para lembrar, trata-se de um método de análise próprio – mas não exclusivo – da antropologia da cultura ou da antropologia do desenvolvimento. Esse método tem sido utilizado por muitos autores a fim de tentar explicar as características do desenvolvimento político e econômico de cidades, territórios e nações. Alguns desses autores nos servem de apoio, pelo fato de terem enumerado várias características culturais que eles relacionam a sociedades predispostas ao desenvolvimento.

Para descreverem as dificuldades de desenvolvimento econômico de uma certa sociedade, vamos dizer, agrícola, muitos autores dirão que o que explica as dificuldades é a própria base agrícola. Preste atenção o leitor: este tipo de análise não é culturalista. E por quê? Porque sugere que o fator explicativo reside na estrutura produtiva, no tipo predominante de atividade econômica. É claro que isso pode ser um ponto de partida explicativo para compreender as diferenças entre sociedades mais e menos desenvolvidas economicamente. Sabemos que o setor primário agrega pouco valor e que as economias industriais foram as que, agregando mais valor, mais produziram riquezas.

Contudo, sabemos também que a modernização da economia ligada aos recursos naturais pode muito bem estar ligada à industrialização e, portanto, à maior geração de riqueza. Exemplos não faltam de regiões que se desenvolveram a partir da agricultura e se tornaram dinâmicas – veja-se o exemplo do oeste catarinense, através do setor alimentício responsável pelo maior volume de exportações do estado de Santa Catarina. Ali reside uma capacidade de organização e uma gana de produzir que só se explica culturalmente.

Um dos muitos autores que fazem a relação entre economia e sistemas de crenças, atitudes e valores é o conhecido Michel Porter (2002), da área da administração. Ele não considera importante o fato de um país ter uma economia predominantemente agrícola, industrial ou de serviços. O que importa mesmo é a capacidade de organização e a produção de eficácia em torno da premissa de que a produtividade determina a prosperidade, não importa em que ramo de atividade.

É verdade que até o século XI os recursos naturais eram determinantes para assegurar às nações aquilo que os economistas clássicos denominavam de vantagens comparativas. Durante muito tempo, os recursos naturais geraram riquezas. Mas a globalização ajudou a mudar radicalmente essa condição. Em lugar das declinantes vantagens comparativas surge a importância do conhecimento, da inovação tecnológica, do aperfeiçoamento do comércio, sem falar nas formas de produtividade e na inovação. Nesse sentido, países, territórios e cidades melhoram seus padrões de vida por meio das vantagens competitivas baseadas em conhecimento e inovação.

Não obstante, conhecimento e inovação são, em grande medida, o fruto de disposições mentais de certas sociedades, mais predispostas à produção das vantagens competitivas. É aí que, para muitos autores, entram os fatores culturais. São fatores existentes em cada sociedade, relacionados aos comportamentos das empresas e organizações públicas, o que parece explicar as diferentes condições de inserção de cada nação, de cada economia, na globalização. Nesse sentido, o filósofo e engenheiro holandês Wiebe Bijker (1997) tem um

interessante livro chamado *Of bicycles, bakelites and bulbs*, que traduzido significa “Sobre bicicletas, fornos e lâmpadas”. Essa obra é fruto de um estudo que pretendeu compreender o que faz de algumas sociedades mais inventivas que outras. A resposta geral do seu livro indica que todas as sociedades constroem e são caracterizadas por liberdades e constrangimentos.

Esses fatores são na verdade compostos de normas, regras, valores, hábitos e leis, formais ou informais, que podem estimular ou constranger os indivíduos a agirem em certas direções. Assim, Bijker constatou que as sociedades que mais produziram inventos científicos e tecnológicos tem certos aspectos culturais em comum. Com alguma variação, aparece um apreço a liberdade individual, sobretudo de crença e de pensamento, que permitem o desenvolvimento de espíritos inventivos, muitos dos quais foram responsáveis pelas invenções que ajudaram a mudar o mundo. E não por coincidência, estas sociedades estão entre as mais desenvolvidas do Mundo. Isso não é muito diferente daquilo que Peyreffitte e Fukuyama afirmam em relação às sociedades de confiança e o desenvolvimento de economias potentes.

Ora, nessa perspectiva, grande esforço investigativo no interior de uma antropologia do desenvolvimento tem sido direcionado a tentar identificar, em cada cultura, atitudes que ajudem a explicar a prosperidade de algumas sociedades. Poderíamos falar aqui de uma cultura da prosperidade, baseada na expectativa infinita de criar riquezas, e de que estas riquezas, como lembram autores como Porter (2002), se originam do conhecimento e não dos recursos naturais. Também os sistemas educacionais são fundamentais, seja no sentido de revelar estímulos ou obstáculos, seja no sentido de potencializar aquilo que uma nação aspira mas não tem clareza sobre a direção. A determinação de governos e a posição dos intelectuais no sentido de apontar as direções tem se mostrado fundamentais. Nessa direção, a formulação adequada de políticas educacionais pode estimular muito devidamente a uma cultura de predisposição ao desenvolvimento, baseada em princípios como os reunidos na idéia-força do capital social, na liberdade, na tolerância, na inovação etc.

Por outro lado, algumas teorias presentes nos sistemas educacionais desorientam alunos e professores. Enquanto a expectativa de jovens no ensino médio ou universitário está direcionada à sua inserção no mercado de trabalho, ideologias anti-desenvolvimentistas ainda sugerem o fim do modo de produção capitalista. Não obstante, a reprodução de certos valores arraigados na sociedade desestimula indivíduos a comportamentos produtivos. São exemplos disso a falta de valorização ao mérito, à recompensa a quem trabalha e cria, o incentivo ao oportunismo e ao menor esforço em sistemas educacionais que, em nome de certo igualitarismo, desprezam a inteligência de muitas crianças e adolescentes. Em nome desse mesmo igualitarismo, a simplificação dos processos de aprendizado, a falta de formação básica no ensino da matemática e o inconseqüente desrespeito à gramática são exemplos de resistência a uma cultura do desenvolvimento.

No campo da antropologia cultural também existem autores que se contrapõe às abordagens da antropologia do desenvolvimento que apresentamos aqui. São os chamados relativistas que, em geral críticos ao domínio da cultura ocidental sobre cultura primitivas, vão em defesa dessas últimas. O relativismo antropológico sugere que as sociedades primitivas tinham modelos melhores, mais estáveis e harmônicos do que as sociedades urbanas, responsáveis pela destruição desses modelos. Os relativistas também sugerem que a coesão moral e afetiva das sociedades primitivas e sua capacidade adaptativa à natureza lhes tornava

sustentáveis, ao contrário das sociedades urbanas, que produziram situações de risco à própria sobrevivência humana. Aquilo que nos parece hoje bizarro, os antropólogos relativistas descrevem como práticas positivas, úteis e adaptáveis às condições e às necessidades de sobrevivência.

O cientista político norte americano Robert Edgerton (2002) está entre os autores que reconhece o caráter relativamente harmônico das sociedades primitivas. Também reconhece que os antropólogos relativistas ajudaram a combater o etnocentrismo e o racismo, além dos preceitos do evolucionismo linear. Desse modo, o trabalho da antropologia relativista ajudou no reconhecimento das diferenças culturais e dos direitos humanos. Mas, Edgerton foge da perspectiva idílica e panglossiana dos relativistas, observando que nas sociedades primitivas também havia muito medo, sofrimento, apatia, conflito, fome, desespero e, portanto, incapacidade de adaptações a mudanças. Nessa perspectiva, Alfred Kroeber, antropólogo anti-relativista foi muito menos afável, afirmando que “os primitivos eram menos decentes e humanos que a maioria das civilizações avançadas”. Anti-relativistas como ele tratavam as afirmações relativistas de “bobagens sentimentais” (EDGERTON, 2002).

Ora, parece sem dúvida importante considerar as observações do relativismo cultural, principalmente se separamos em conta tal contribuição mencionada por Edgerton. Mas o que nos interessa aqui é perceber que algumas culturas se mostram mais predispostas do que outras a trilharem uma trajetória que as leva ao desenvolvimento. Que tipo de desenvolvimento? Ora, exatamente esse impulsionado sobretudo nos últimos quinhentos anos pelo uso da razão e pela busca da liberdade. Nesse sentido, tendo que definir uma idéia razoável sobre o conceito de desenvolvimento, estamos falando de algo que em geral, todas as nações buscam. Ora, estamos falando de crescimento econômico, democracia, aumento e distribuição da riqueza produzida. Estamos falando de índices elevados de educação, saúde, longevidade e bem estar da população.

Não há somente uma fórmula para o desenvolvimento, mas algumas condições políticas, educacionais e culturais que, devidamente tratadas ao longo do tempo, explicam o êxito de algumas sociedades. Sim, o fato é que algumas sociedades produzem mais estímulos que outras a fim de promover esse desenvolvimento. Por exemplo, o Brasil avançou nessa direção desde o fim do século XX, sobretudo porque transpôs obstáculos de nossa cultura de país de terceiro mundo, valorizando a democracia, os direitos individuais, o respeito às instituições, a justiça social e a educação. Não há dúvida de que esses são alguns dos passos para o desenvolvimento, além da qualificação constante dos sistemas educacionais, do investimento em pesquisa para a produção do trinômio ciência, tecnologia e inovação.

Nesse sentido, poderíamos afirmar que desenvolvidos são os povos que se esforçam pelo uso da razão para compreender e transformar o mundo, ao invés de adaptarem-se à natureza e seus fenômenos e explicarem esses fenômenos de modo irracional e a eles se submeter. Isso não tira a razão dos antropólogos relativistas ao sugerirem que qualquer sistema cultural deve ser respeitado. Certo. Não se trata sequer de sugerir que algumas nações são mais evoluídas que outras, evitando juízos de valor. Mas se trata de admitir que para seguir o modelo de desenvolvimento esse que traçamos aqui em linhas gerais, algumas culturas produziram e ou produzem mais estímulos que outras.

OPÇÕES POLÍTICAS, MEIOS CULTURAIS E RESULTADOS ECONÔMICOS

Um importante economista contemporâneo chamado Jeffrey Sachs (2002) lembra que até a década de 1820, economicamente a Europa não se diferenciava muito de outros continentes. Citando as projeções de outro economista, Angus Madisson, o autor mostra que a maior diferença, em termos de produção econômica, chegava no máximo a três por um, entre a Europa ocidental e os países mais pobres do Mundo, na África subsaariana. Isso é muito pouco, comparado com as diferenças de hoje. Em geral, não havia, portanto, distinção de riquezas que merecesse maior atenção. Nessa direção, podemos lembrar também que entre o Brasil e os EUA não havia, do mesmo modo, tal distinção. Simplificando, podemos dizer que se à época pudéssemos contabilizar o Produto Interno Bruto das duas nações, elas demonstrariam resultados semelhantes. Só para se ter uma idéia, o PIB do Brasil em 2010 foi de US\$ 2,5 trilhões, enquanto o dos EUA foi de US\$ 14,6 tri, ou seja, quase seis vezes mais. E é bom lembrar que essa diferença já foi maior que atualmente, já que o Brasil cresceu bem a partir do início do século XXI, passando a ser o sétimo PIB mundial. Se a diferença em 1820 entre a Europa ocidental e a África subsaariana era de três por um, cento e setenta anos depois, isto é, em 1990, essa diferença subiu para vinte vezes. Nesse mesmo ano, segundo Sachs, dos trinta países mais desenvolvidos, vinte e um eram europeus (aqui incluídos os descendentes EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), cinco asiáticos, três do Oriente médio e um sul-americano, o Chile.

Qual a grande resposta para essa distinção? Instituições sociais, prezados leitores. A pergunta, tanto quanto a resposta, podem ambas parecer pretensiosas, generalizantes e epidérmicas. Nada disso. Tão simples, quanto claras e suficientes para uma abordagem antropológica ou sociológica sobre o desenvolvimento. Nesse sentido, o economista Jeffrey Sachs recorre a ninguém menos que Max Weber, já mencionado aqui, em seu livro chamado *Economia e Sociedade*. Nessa obra monumental em dois volumes, o sociólogo demonstra metodicamente as características distintivas entre os países capitalistas e os pré-capitalistas. As diferenças estão na cultura; senão, vejamos resumidamente: entre os países pré-capitalistas, a autoridade política é tradicional, autoritária e arbitraria, não havendo respeito a leis e regras. O poder é personificado, estando, portanto, na pessoa, não na lei ou no cargo. A hierarquia social é extremamente distintiva e imóvel, portanto, o respeito individual depende de alguma distinção hierárquica, coisa do mundo antigo.

Nas sociedades capitalistas, as leis normalmente estão acima dos que governam, tem poder e ou se distinguem socialmente. O poder é impessoal. Portanto, a legitimidade de quem manda está na lei, na convenção, que todos devem respeitar. A mobilidade social (entre os que sobem e descem na escala social) é intensa, porque a racionalidade da economia de trocas tende a mais imparcialidade, liberdade e esforço individual, e menos favorecimentos, distinções e outros tipos de intervenção. Não esqueçamos de dizer que os estudos de Weber se limitaram à Europa do século XIX e início do século seguinte. Não entram aqui comparações entre o velho e o novo mundo, em que os importantes aspectos da colonização e do conseqüente imperialismo amplificam a análise, denunciando os conflitos, a exploração e as perdas dessa complexa relação histórica.

Às vezes há mais respostas do que desejamos sobre a realidade, somando-se para a formulação de interpretações multilaterais. Em relação à história da economia mundial, os

economistas têm as suas. Mas isso não impede outros cientistas sociais de acrescentarem as suas interpretações. E, nesse sentido, a sociologia e a antropologia tem gerado compreensões mais amplas sobre os processos econômicos. São justamente as explicações sobre as interferências dos fatores culturais na economia, como também na política. E são esses fatores que nos ajudam a entender as vantagens ou as dificuldades na promoção do desenvolvimento de cidades, territórios e países. Jeffrey Sachs lembra que 99% das patentes mundiais das inovações até o fim do século XX estavam na Europa e na América do Norte. Considerando a veracidade disso, é possível afirmar que uma boa parte da explicação pode ser atribuída aos contextos de liberdades e constrangimentos que as culturas oferecem aos espíritos mais curiosos e investigativos, a lembrar a explicação do filósofo e engenheiro holandês Wiebe Bijker, já mencionado neste capítulo.

Em certos períodos da história mundial, as diferenças tecnológicas ficam ainda mais evidentes. Nos momentos em que se intensificam as interações entre os países, seja pela política, seja pelo comércio, isso acontece. E a globalização da economia mundial, cujo último grande impulso de rompimento das fronteiras se deu a partir dos anos noventa, representa um desses períodos. Nessas ocasiões, algumas nações demonstram vantagens competitivas que lhes favorecem as condições nessas interações econômicas. Nesse sentido, não é difícil imaginar que muitas economias, a maioria, enfrentaram sérias dificuldades competitivas. O Brasil não escapou de muitas. É difícil, por exemplo, competir com os produtos chineses, quando sabemos que os trabalhadores chineses ganham muito menos que os brasileiros e não tem garantias trabalhistas como os brasileiros em geral têm. Fica difícil competir. Ainda assim, verifica-se que os esforços por responder às dificuldades produzem bons resultados.

No mundo atual, há um grande consenso de que os problemas do passado e do futuro foram e serão ultrapassados com investimentos em educação. Talvez este seja o maior consenso acerca das explicações sobre o desenvolvimento dos povos. Com todas as objeções que se possa fazer quanto a isso, parece não haver melhor resposta e, portanto, melhor estratégia. E para que governos enfrentem isso com disposição, é necessário que a própria sociedade chegue a esse grau de consciência sobre suas prioridades, entre elas a educação. Afirma o antropólogo e economista peruano Mariano Grondona, em sua obra: “Uma tipologia cultural do desenvolvimento econômico”, citado na obra: “A Cultura Importa” de autoria de Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington de 2002, que somente os países com sistemas de valores favoráveis realmente aproveitam os momentos de transição para um desenvolvimento rápido e sustentado. Do contrário, oportunidades são perdidas.

Nessa direção, os desafios que um processo de globalização impõe aos países também requerem grandes decisões e grandes pactos nacionais. Se o momento de transição exige um pacto nacional em favor da educação, é preciso saber em que nível de valorização à educação e ao conhecimento, como o próprio nível de despojamento que os indivíduos de uma geração têm em nome do desenvolvimento das futuras gerações, a começar pelos próprios filhos. Nessas horas, o sistema cultural de cada sociedade, especificamente o sistema de valores, é que determinará o que sucessivos governos, e em vários níveis, farão e com que esforço em nome do bem público. Sabemos que as decisões de algumas nações pelo investimento massivo em educação é evidentemente o principal fator a explicar como se tornaram grandes economias em duas gerações, como foi o caso dos chamados tigres asiáticos. Não há mistério. Foram decisões firmes de governos, respaldados tanto quanto bem respondidos por parte de

suas respectivas sociedades. É nesses momentos decisivos para um povo que suas decisões determinarão e explicarão lá na frente, como conseguiram superar o atraso.

Mariano Grondona (2002) estudou os sistemas de valores de vários países, procurando identificar os valores favoráveis e os constrangedores à promoção do desenvolvimento. Em excelente artigo sobre cultura e desenvolvimento econômico, ele observa que os valores mais importantes na promoção do desenvolvimento econômico não são propriamente econômicos. Desse modo, não são a simples vontade de ganhar dinheiro, enriquecer, ter poder ou o apreço aos bens materiais, que explicam o desenvolvimento. Esses seriam fins em si mesmos que, uma vez alcançados eles tenderiam a desaparecer. Segundo o autor, a riqueza de um país não está na sua busca pela riqueza propriamente, mas algo além disso, localizado no seu sistema de valores, que impulsiona os indivíduos a agirem de modo que a riqueza gerada nunca seja a suficiente. Portanto, esse algo a ser alcançado não é econômico, não é mensurável e não tem fim, seja lá o que isso for, vontade de grandeza, obsessão pela perfeição, busca da salvação, o povo escolhido, uma ética do trabalho, um apreço ao conhecimento, uma idéia de predestinação, um sentimento de superioridade cultural ou coisas do gênero. De dota maneira, trata-se de valores e, conquanto não sejam valores especificamente de ordem econômica, não devem ser antieconômicos.

Nesse sentido, a ética protestante [como espírito do capitalismo], apontada por Max Weber, é um exemplo claro disso. Trata-se de um valor religioso, moral se quisermos, mas que não é antieconômico. Ao contrário, é pró-econômico. Grondona afirma que “o desenvolvimento econômico é importante demais para ficar inteiramente por conta dos valores econômicos”. Se pensarmos, por exemplo, numa sociedade em que ganhar dinheiro esteja acima de qualquer coisa, essa busca pecuniária e material vai se sobrepor com freqüência a valores de ordem moral que são fundamentais para a própria ordem econômica e política, inviabilizando o desenvolvimento. E complementa Grondona, observando que “os valores aceitos ou negligenciados por um país estão dentro do campo cultural. Podemos, portanto, dizer que o desenvolvimento econômico é um processo cultural”.

O mencionado artigo de Grondona, onde ele observa os sistemas de valores de vários países, foi, segundo o próprio autor, inspirado em outro artigo, de Lawrence Harrison. O artigo deste último autor resulta igualmente de um trabalho de observação e também de comparação entre vários países, em que o autor indica valores que estimulam ou constroem o desenvolvimento. O título do artigo de Harrison revela explicitamente as próprias conclusões do autor e não poderia ser mais sugestivo: *Underdevelopment is a state of mind* (traduzindo: subdesenvolvimento é um estado de espírito, ou estado mental).

Não obstante, ao invés de fazer comparações bilaterais entre países, como fez Harrison, Grondona resolve apontar vinte fatores culturais contrastantes. Cada um dos quais, segundo ele, dependendo do modo como encarados valorativamente por um povo, denotariam atitudes favoráveis ou contrárias ao desenvolvimento. O esforço de Grondona é uma interessante provocação a nos fazer refletir sobre os efeitos que idéias, valores, crenças e atitudes a respeito de coisas variadas podem ter sobre campos específicos, conquanto abrangentes e complexos, das ações humanas em sociedade.

Nesse sentido, vale à pena mencionar alguns deles, para que o leitor tenha uma idéia, sugerindo-os como um ponto de partida, ou ainda, como um método de observação da realidade. Trata-se, assim, de demonstrar ao leitor e aos estudiosos o quanto um tema como o

desenvolvimento pode ser compreendido do ponto de vista de uma antropologia cultural. E, não obstante, trata-se também de demonstrar que o desenvolvimento é fundamentalmente o produto de relações sociais ao longo do tempo, dependendo de decisões que estão ao alcance de todos os povos. Novamente, é útil lembrar que não se trata de sugerir que todas as sociedades devam construir modelos valorativos idênticos. Também não há qualquer determinismo sugerindo que algumas sociedades estão destinadas ao sucesso e outras ao atraso. Trata-se, como dissemos, de um ponto de partida para refletir sobre a importância dos valores e seus efeitos na organização de cada sociedade. Assim, dependendo de como se encara a religião, de qual a concepção sobre o ser humano, sobre o sentido da vida, entre outras coisas, isso produzirá um efeito nas formas de organização da vida em sociedade, seja na política, na economia, ou em outras esferas da vida dos seres humanos.

Vejam os alguns desses fatores que, segundo Grondona, existem em qualquer sociedade, embora possam ser encarados de forma contrastante entre elas:

Religião: nas sociedades desenvolvidas não se encontram impedimentos de ordem religiosa contra as atividades que visam o lucro. Enquanto isso, em algumas sociedades, os hábitos e crenças religiosas ainda são obstáculos ao desenvolvimento econômico.

Fé no indivíduo: nas sociedades desenvolvidas, o senso de responsabilidade e de crença em si é maior, o que leva os indivíduos a agirem, a procurarem determinar o próprio destino, ao invés de esperarem. O sistema legal, em geral, expressa essa confiança nos indivíduos, desimpedindo a sua criatividade. Nas sociedades atrasadas, a maioria dos indivíduos espera dos outros as soluções, criando ambientes de submissão e inação. Além disso, os sistemas legais tendem a constringer as liberdades individuais, revelando desconfiança nos indivíduos.

O conceito de riqueza: nas sociedades atrasadas, a concepção de riqueza implica no que existe, naquilo que a natureza oferece como dádiva divina. Nas sociedades desenvolvidas, a concepção de riqueza implica naquilo que pode ser criado, inventado, construído pelo esforço humano.

O valor do trabalho: nas sociedades atrasadas, persiste uma tendência à desvalorização do trabalho manual, e do trabalho empreendedor, resquícios, talvez, de uma sociedade patrimonialista e escravagista. No topo da escala do prestígio estão os artistas, os religiosos, as autoridades públicas e militares. Já nas sociedades desenvolvidas, empresários e cientistas tendem a ser mais valorizados.

A finalidade de educar: nas sociedades desenvolvidas, o processo educacional está direcionado à formação para a autonomia, para a dúvida metódica, para o conflito salutar de idéias e para o aprender por si e pensando. É meritocrático e estimula a coragem de questionar os dogmas. Já nas sociedades atrasadas, impera a transmissão de dogmas, o conformismo, a submissão e a preguiça, reproduzindo um igualitarismo utópico que conduz a um pensamento de paternalismo e dependência, sem estimular a auto-confiança e a vontade de potência humana.

Visão do Mundo e foco temporal: as sociedades desenvolvidas evitam teorias sem utilidade prática, não cultuam grandes e paradisíacas cosmologias, não esperam pela grande sorte, pela loteria, nem pelo juízo final, como também não põe Deus sobre todas as coisas. Isso não tem a ver com o ateísmo, o agnosticismo ou coisa que o valha. Em verdade, trata-se

de uma interpretação religiosa que, na visão cristã, está calcada na idéia do livre arbítrio, segundo a qual trata-se de uma dádiva divina. Assim, se Deus deu aos homens o livre arbítrio, é para que o usem com dedicação e responsabilidade e não esperem mais nada de braços cruzados. Segundo essa ética, pode-se dizer que a acomodação e a preguiça seriam os maiores pecados de quem recebe a dádiva e não a usa.

Por decorrência, as sociedades desenvolvidas conferem maior importância às coisas nas quais vêm utilidade e aplicabilidade. Além disso, conferem virtudes aos pequenos detalhes, aos bons modos, à disciplina, ao trabalho bem feito, ao cumprimento da palavra, à estética, à limpeza etc. Em relação ao tempo acreditam no futuro possível resultante do planejamento no presente, expressam satisfação pelas realizações do dia a dia, sem exaltações permanentes ao passado glorioso e à espera de um futuro distante e redentor. Nessas sociedades, o mundo decorre da vontade própria e não da resignação. É o próprio cenário da ação, onde Deus é, no máximo, um fiscal atento que não gosta de preguiçosos e contraventores. Enquanto isso, nas sociedades atrasadas, há sempre um empecilho, um obstáculo, o azar, um inimigo, um ente do mal a impedir que a sorte se manifeste. Nessas sociedades, a idéia da salvação reside em salvar-se a si próprio, resistindo às tentações do pecado e da heresia, enquanto que nas sociedades desenvolvidas, a idéia predominante é a da salvação através de obras no dia a dia.

Na tradição dos teóricos da modernização, o cientista político Ronald Inglehardt que em sua obra: “Cultura e democracia”, citado na obra: “A Cultura Importa” de autoria de Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington de 2002, faz importante relação entre cultura e desenvolvimento político e econômico. Afirma que aonde a sociedade industrial alcançou suas ramificações séculos afora, promoveu o abandono de sistemas de valores tradicionais. Em outras palavras, machismo, autoritarismo, intolerância, discriminação e violência física deram lugar aos valores da democracia e à afirmação de direitos. Inglehardt concorda com a perspectiva antropológica de que a cultura interfere na economia. Não obstante, como cientista político que é, ele observa que a mesma força dos sistemas culturais se manifesta na esfera da política. Na comparação que também faz entre sociedades, distingue valores de sobrevivência versus valores de auto expressão. Os primeiros seriam predominantes nas sociedades atrasadas, onde em geral indivíduos constroem valores de submissão às condições naturais. Já nas sociedades modernas, os sistemas de valores estariam marcados pelo ânimo dos indivíduos em determinar os rumos e gerar as condições. É, onde em geral, as relações sociais e os pactos entre os indivíduos se intensificam, levando-os forçosamente a sistemas de cooperação e inter-confiança. É onde a política é viva e os valores de auto expressão levam a democracias sustentáveis.

Portanto, para ele a cultura molda a democracia. Nessa direção, considera que não apenas uma certa economia mas também uma certa política são fundamentais ao desenvolvimento. Nessa ordem, fazendo compreender que a democracia é fundamental ao desenvolvimento, gerando inclusive as condições mais favoráveis ao sistema econômico, Inglehardt afirma que as grandes instituições sociais geradoras do desenvolvimento são o resultado de alguns fatores culturais fundamentais, entre eles a confiança.

Essa assertiva é amplamente corroborada com a *World Values Survey* - WVS, uma agência internacional de pesquisas emprenhada na investigação dos valores culturais, como sugere o próprio nome. Em uma pesquisa realizada entre 1990 e 1991 pelo mundo, a WVS detectou diferenças entre culturas de sociedades ricas e pobres. Essas diferenças teriam

amplios reflexos políticos, econômicos e sociais. Assim, nas sociedades pobres, seriam baixos os níveis de bem estar subjetivo, haveria pouca confiança interpessoal, intolerância com os indivíduos de fora, e seriam contrários à igualdade sexual, além de cultuarem valores meramente materialistas e autoritários. Além disso, o estudo demonstraria uma relação causal entre burocracias grandes, centralizadas e hierarquias rígidas de cima para baixo, e baixos índices de confiança interpessoal e das pessoas para com as instituições governamentais.

A mesma pesquisa da WVS também demonstra a reciprocidade entre desenvolvimento econômico e político. Assim, a pesquisa demonstraria que o desenvolvimento econômico também conduz à democracia. É que o desenvolvimento das forças econômicas transforma a estrutura social. Isso acontece por causa de fatores como a urbanização, a educação em massa, a especialização profissional, as redes organizacionais, a igualdade de renda e a inclusão em massa. Por conseguinte, gera a autoconfiança, a tolerância e a compreensão dos indivíduos sobre o valor da liberdade, da estabilidade e de que isso é, por sua vez, o resultado da boa política, voltada ao atendimento das maiorias. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico faz as pessoas mais desejosas por liberdade. Surgem inúmeros grupos de pressão e partidos políticos portadores de bandeiras que remetem aos valores da auto expressão. E da mesma maneira, aumenta a circulação de informação e a percepção de que sistemas fechados não funcionam de acordo com as necessidades da inteligência humana, tão requerida para a economia de mercado. Assim, tanto o desenvolvimento econômico produz valores democráticos, como certos sistemas de valores culturais favorecem e ou produzem desenvolvimento econômico e são favoráveis à democracia.

PARA UMA CULTURA DO DESENVOLVIMENTO

Por orientação dessa matriz culturalista, muitos são os autores que tem insistido na constância da cultura interferindo na formação dos ambientes políticos e econômicos. Nesse sentido, Tocqueville e Weber foram grandes precursores de uma antropologia do desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma percepção antropológica sobre os processos de organização e desenvolvimento das sociedades. Por que antropológica? Porque a antropologia é a ciência dos homens, de seus modos de comportamento e organização das relações sociais, e que isso tem efeitos inúmeros, inclusive ou sobretudo na política e na economia. É isso que inúmeros autores, desde antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, economistas, historiadores, filósofos e geógrafos, entre outros, tem procurado demonstrar. É claro, há autores que não concordam, o que é natural e legítimo nas ciências, gerando debates salutares e às vezes intermináveis. Nas ciências sociais, isso é normal. Mas é difícil não concordar que as formas de encarar a vida e a visão dos seres humanos sobre si, como demonstrado anteriormente, interferem de um jeito ou de outro no desenvolvimento das sociedades.

Por outro lado, é importante compreender que também as formas de organização no mundo da política e da economia geram, ao longo do tempo, mudanças de comportamento. As formas de organização da democracia e do capitalismo, que emanam impulsos de liberdade política e econômica aos indivíduos, tendem a produzir efeitos comportamentais. Nesse sentido, os sistemas educacionais das sociedades democráticas e capitalistas tendem a ser formulados e orientados para a formação de homens e mulheres cujos comportamentos, expectativas e visão de mundo estejam em consonância com os interesses do sistema político

e econômico. Em outras palavras, em quaisquer sociedades afetadas pela industrialização e pela urbanização, há alterações de comportamento.

Mas, ainda que exista certa padronização dos objetivos e finalidades do sistema capitalista, ele produz efeitos que variam de sociedade pra sociedade, conforme a cultura prévia existente em cada uma delas. Assim, algumas sociedades demonstram maior predisposição do que outras para um tipo de organização econômico como o capitalismo. Isso foi demonstrado por vários autores aqui mencionados. Entre eles, lembremos de Max Weber ao falar de um “espírito capitalista”; Bijker ao explicar porque algumas sociedades são tecnologicamente mais inventivas que outras; Fukuyama e Peyreffitte, ao destacarem o aspecto da confiança, que varia de sociedade para sociedade; além de Putnam, demonstrando a importância do capital social, igualmente variante de sociedade para sociedade. Não obstante, o conjunto de autores que mencionamos aqui e cujas reflexões sobre as relações entre cultura, política e economia estão reunidas no extraordinário livro organizado pelos cientistas políticos estadunidenses Samuel Huntington e Lawrence Harrison, intitulado “Cultura importa” (2002).

O esforço desses autores têm sido, em geral, o de demonstrar que a cultura é um elemento essencial para a compreensão da política e da economia. E sem uma boa organização da política e da economia, não há chances de promoção do desenvolvimento. Nem a política, nem a economia são suficientes de per si. As duas são necessárias para a promoção do desenvolvimento. Por extensão, o desenvolvimento depende da disposição de um povo, com visão de mundo, crenças, valores, moral, com concepções éticas, estéticas e ontológicas que produzem efeitos inegáveis nos comportamentos, nas escolhas, nas decisões e ações dos indivíduos em sociedade.

Por sua vez, esses efeitos aparecem e se cristalizam na vida política e econômica. Mas as diferenças entre sociedades não são imutáveis, isso a história nos mostra. Da mesma maneira, os obstáculos ao desenvolvimento também não são intransponíveis. Mas é preciso compreender – novamente, a história nos mostra – que a consideração dos sistemas de cultura é fundamental para refletir, como para promover o desenvolvimento, já que a cultura interfere na política e na economia. Foi o que procuramos demonstrar neste capítulo, com o auxílio de vários autores. Muitos outros autores, principalmente economistas, ignoraram a importância dessa influência e, por isso, chegaram a conclusões insuficientes sobre o desenvolvimento. Mais que isso, suas idéias sobre desenvolvimento foram tomadas como verdades, orientando políticas públicas de governos que consumiram recursos públicos, tendo chegado a resultados igualmente insuficientes para promover o desenvolvimento.

Dessa maneira, a globalização promoveu o esforço renovado de muitos pensadores no sentido de compreender os seus efeitos. E uma das constatações mais evidentes no conjunto das reflexões sobre a globalização é justamente a importância do entrelaçamento entre cultura e desenvolvimento. Não têm sido poucos os autores que encontram, na cultura, respostas importantes sobre as dificuldades de inserção de muitos países no processo de globalização. Alguns deles foram mencionados aqui. Não obstante, o reconhecimento de certas dificuldades de inserção na globalização, como em geral de promoção do desenvolvimento, não implica num determinismo excludente, do tipo: “esses países não conseguirão de desenvolver por causa de suas culturas”. Felizmente, não é isso que está em jogo. Se o fosse, estaríamos voltando à primeira fase do darwinismo social, de um fatalismo já há muito superado nas ciências sociais. Ao contrário, o que a antropologia do desenvolvimento nos mostra, para

além de uma interpretação culturalista sobre condições favoráveis e obstáculos ao desenvolvimento, é que as culturas podem ser dinâmicas. Mais que isso, é preciso admitir que, na “era da informação”³ em que vivemos, praticamente não há como qualquer sociedade permanecer estática. Tanto o volume como os meios de difusão da informação disponíveis hoje explicam isso.

Finalmente, se é assim, então reconheçamos que, entre outros fatores, os sistemas educacionais de cada sociedade podem ser, quando ainda não o são, os grandes difusores ordenados e autocríticos de um conjunto de idéias e valores favoráveis ao desenvolvimento. Naturalmente, muitos países têm o capital cognitivo necessário para identificar tais idéias e valores, além de autonomia para fazê-lo. Um ambiente de liberdade e determinação na busca do conhecimento é fundamental para isso. E as sociedades que melhor conseguem isso são aquelas que estabelecem politicamente o grande consenso pelo investimento na educação. Todo ser humano, dizia certo filósofo, se explica e é o que é pela educação que teve. Poderíamos dizer o mesmo em relação a cidades, territórios e nações. Explicam-se e são o que são pela educação, pelos valores que construíram e que apreenderam a cultivar. Nesse sentido, e com os recursos de informação existentes, podemos entender que se trata de um grande esforço político, como as nações têm demonstrado ao longo de suas histórias.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

BIJKER, Wiebe E. **Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs: toward a theory of sociotechnical change**. Massachusetts, MIT, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EDGERTON, Robert B. Crenças e práticas tradicionais: algumas são melhores do que outras? In: FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GRONDONA, Mariano. Uma tipologia cultural do desenvolvimento econômico. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Furb, 1987.

³ A expressão é do sociólogo Emanuel Casttels, que tem livro com o mesmo nome em três volumes sobre as mudanças promovidas pelas tecnologias da informação na sociedade contemporânea.

INGELHART, Ronald. Cultura e democracia. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KROPOTKIN, Piotr. **O apoio mútuo**. Disponível em: <www.reocicies.com/projetoperiferia6/apoiomutuointro.htm>. Acesso em: 08 jul. 2013.

PEYREFFITTE, Alain. **A sociedade de confiança**. Tradução de Cylene Bittencourt. Rio Janeiro: Instituto Liberal, 1999.

PORTER, Michael E. Atitudes, crenças, valores e microeconomia da prosperidade. In: PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SACHS, Jeffrey. Notas para uma sociologia do desenvolvimento econômico. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: livro 1 leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Artigo recebido em: 10/07/2013

Artigo aprovado em: 03/10/2013